



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6995

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Valcir Soares Silva

**Data:** 23/01/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 017/2007. (NÃO VOTADO). Assegura às pessoas portadoras de deficiência, prioridade na ocupação das vagas nos estacionamentos de veículos no município, situados em logradouros públicos, objeto ou não de concessão, e nos pátios de repartições públicas municipais ou espaços públicos a eles reservados.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4    **Posição:** 20    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado  
Cl: 26.4  
Ordem: 20  
nº fls: 03



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **017**/2007

AUTOR:

Vereador – Valcir Soares Silva

ASSUNTO:

**Assegura às Pessoas Portadoras de Deficiência, Prioridade na Ocupação das Vagas nos Estacionamento de Veículos no Município, Situados em Logradouros Públicos, Objeto ou não de Concessão, e nos Pátios de Repartições Públicas Municipais ou Espaços Públicos a eles Reservados .**

## MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em – 23/01/2007**
- 2 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

**Valcir**  
**da ADEMOC**  
Acessibilidade a todos

PROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_\_/2007

Assegura às pessoas portadoras de deficiência, prioridade na ocupação das vagas nos estacionamentos de veículos no município, situados em logradouros públicos, objeto ou não de concessão, e nos pátios de repartições públicas municipais ou espaços públicos a eles reservados.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Às pessoas portadoras de deficiência, fica assegurada prioridade na ocupação das vagas nos estacionamentos de veículos no Município, situados em logradouros públicos, objeto ou não de concessão, e nos pátios de repartições públicas municipais ou espaços a eles reservados.

Parágrafo Único - É assegurada a gratuidade na utilização das vagas reservadas para o efeito do cumprimento desta Lei.

Art. 2º - Fica reservado, em caráter permanente, nos estacionamentos de que trata esta Lei, o mínimo de 5% (cinco por cento) por cento da totalidade de suas vagas, reserva nunca inferior a uma vaga, exclusivamente para o uso de veículos a serviço de pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único - Os locais destinados às vagas objeto deste artigo, serão identificados e garantidos por sinalização.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se portadores de deficiência todos aqueles que têm dificuldades de locomoção e se utilizam de automóvel, mesmo que a frete ou táxi.

Art. 4º - A infração às disposições desta Lei, nos estacionamentos concedidos, sujeitará o concessionário a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por vaga.

Parágrafo único - A reincidência implicará o pagamento da multa em dobro, incidindo cumulativamente sobre as sucessivas reincidências, podendo a sexta infração resultar na cassação da concessão.

Art. 5º - As providências destinadas ao cumprimento desta Lei serão adotadas pelos concessionários de estacionamentos e autoridades municipais, inclusive a alteração dos contratos de concessão, dentro do prazo de quarenta e cinco dias, a iniciar-se na data de sua publicação.

Art. 6º - O valor em reais estipulado nesta Lei será reajustado de acordo com os índices e o período aplicáveis aos reajustes dos créditos tributários municipais.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

**Valcir**  
da ADEMOC  
Acessibilidade a todos

Art. 7º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 22 de janeiro de 2007.

  
Valcir Soares Silva  
Vereador

## Justificativa

A acessibilidade é matéria da mais alta importância para os portadores de deficiência ou com necessidades especiais, visto representar o caminho para a superação ou redução das barreiras ou obstáculos que se lhes apresentam nas diversas áreas da atividade humana.

Nesse sentido, a sociedade brasileira tem demonstrado expressivo avanço na proteção dos direitos desses cidadãos, como se pode notar da legislação especial editada após a Constituição Federal de 1988, da qual podemos destacar:

I - a Lei nº 7.853, de 1989, que dispõe sobre as políticas sociais básicas de apoio aos portadores de deficiência, a tutela jurisdicional para a defesa de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, especialmente as atribuições do Ministério Público, bem como a criminalização de condutas lesivas a esses direitos;

II - a Lei nº 10.098, de 2000, que "estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida", com vistas à supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos transportes coletivos e nos meios de comunicação.

Desta forma é muito pertinente a disponibilização de vagas destinadas a pessoas deficientes nos estacionamentos públicos como uma medida de garantir a inclusão de todos.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
23/01/2009	
HORA: 7:18h	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 23 DE JANUÁRIO DE 2007  
  
PRESIDENTE

PROJETO É ÍLEGAL E INCONSTITUCIONAL  
CONFORME PARECER DA APOSSORIA LEGISLATIVA  
Gleber Maia  
26/02/07

Caracinafont - 26.02.07.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 017/2007 QUE “Assegura às Pessoas Portadoras de Deficiência, Prioridade na Ocupação das Vagas nos Estacionamento de Veículos no Município, situados em Logradouros Públicas Municipais ou espaços Públicos a eles Reservados.”, de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento cria uma gratuidade para os portadores de deficiência, inclusive em locais objeto de concessão pública, bem como, ao determinar a identificação dos locais, estaria, ao nosso sentir, criando uma despesa para os órgãos públicos, o que seria vedado pela Constituição Federal e pela própria LOM.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 22 de fevereiro de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605